

Ata nº 31 / XIII / 1.ª SL

Aos catorze dias do mês de junho de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais

2. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 9/XIII/1ª - Aprova, para adesão, a Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para Pessoal de Navios de Pesca, Convenção STCW-F, adotada em Londres, em 7 de julho de 1995.

- **Deputado autor do parecer:** Pedro Filipe Soares - BE

3. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 10/XIII/1ª - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Cooperação no domínio da Defesa, assinado em Baiona, em 22 de junho de 2015.

- **Deputado autor do parecer:** Filipe Lobo D'Ávila - CDS-PP

4. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 11/XIII/1ª - Aprova o Acordo de Parceria Económica Intercalar entre a Costa do Marfim, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, assinado em Abidjan, a 26 de novembro de 2008 e em Bruxelas, a 22 de janeiro de 2009.

- **Deputada autora do parecer:** Isabel Santos – PS

5. Análise do relatório da deslocação à reunião do “Group Med” – Atenas de 16 a 17 de maio de 2016

6. Aprovação de ata

- Ata n.º 30/ XIII de 8 de junho de 2016

7. Outros assuntos

Ponto 1.

Aberta a sessão pelo Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por informar o plenário da Comissão, relativamente à matéria seguinte:

- Deu entrada na Comissão um pedido de assentimento para a deslocação do Presidente da República se deslocar a Lyon entre os dias 21 e 23 de junho, que não foi possível incluir na OD, mas cujo texto e proposta de Parecer foi atempadamente distribuído a todos os Deputados.
Submetido a votação, o Parecer favorável foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do PCP.

- Relembrou que na próxima Conferência de Presidentes (ainda sem data conformada), irão ser discutidas as matérias referentes a:
 - Nova metodologia de escrutínio CAE para as iniciativas europeias (a pedido das Comissões de Negócios Estrangeiros, e da Defesa Nacional);
 - Participação da Assembleia da República nas reuniões do “Grupo Med” (a pedido da Comissão de Defesa Nacional);
 - Comemorações dos 20 anos da CPLP (a pedido das Comissões de Negócios Estrangeiros).

De seguida e ainda sobre esta matéria, o Senhor Presidente passou em revista a posição da Comissão, tendo lido o projeto de ofício a remeter ao Senhor Presidente da Assembleia da República em resposta à Nova Metodologia, mandado elaborar pelo plenário da Comissão, na sequência da última reunião ordinária. Relembrou, porém, ser seu desejo, privilegiar uma resolução informal destas questões a tomar em sede própria, no que recolheu a concordância unânime de todos os Deputados presentes.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para manifestar a concordância do seu Grupo Parlamentar, quer relativamente à ideia geral do Presidente, quer e em particular ao teor do documento lido, o qual reflete fielmente o decidido na última reunião.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para, igualmente, concordar com o teor do documento apresentado e sublinhar a preferência por uma solução informal e mais recatada, de forma a evitar problemas de relacionamento com outras Comissões.

- Relativamente à viagem programada para MALACA, informou que, infelizmente e não obstante os esforços desenvolvidos, não estarem reunidas garantias para a deslocação de uma delegação parlamentar, para mais, quando nos países muçulmanos, como é o caso da Malásia, se assinala o período do Ramadão. Trata-se de uma região do Índico

de influência portuguesa, lamentando, pois, que esta deslocação, pelas dúvidas que persistem, tenha de ficar sem efeito.

Sobre este ponto, pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, para sublinhar a concordância do seu Grupo Parlamentar com esta decisão, dado inexistirem garantias de um adequado enquadramento para a visita de uma Comissão Parlamentar a tantos quilómetros de distância.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para declarar o seu apoio e compreensão relativamente à decisão tomada com base nas informações prestadas, sem deixar de realçar, contudo, a relevância da presença portuguesa naquela zona do globo, solicitando que a Comissão acompanhasse a evolução do evento e divulgasse posteriormente as respetivas conclusões.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, declarando que, não obstante o interesse, não poderia correr-se o risco de efetuar tão longínqua deslocação sem que estivesse salvaguardado um programa adequado, o mesmo se passando, aliás, com a hipótese igualmente ponderada de conciliar esta deslocação com uma visita a Timor.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente da Comissão**, para lembrar que, por motivos financeiros, Portugal diminuiu o apoio ao Parlamento timorense. E lembrou que para a próxima sessão legislativa, permanece de pé a possibilidade de deslocação ao Irão, nos termos do convite endereçado por aquele país.

- Foi dado conhecimento de um convite para deslocação a Cabo-Verde, para participação num seminário sobre ratificação e implementação do Tratado de Comércio de Armas, organizado pelos “Parlamentares para a Ação Global”, a ter lugar nos dias 18-19 de julho, com todas as despesas a cargo da organização. Neste seguimento, questionou o Deputado Pedro Filipe Soares (BE), na qualidade de Vice-Presidente da Comissão, sobre se teria disponibilidade e interesse em participar nesta missão.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para, em tal qualidade, assentir na deslocação, desde que a programação não o impossibilitasse de estar presente na reunião do Plenário de dia 20 de junho

- Finalmente, lembrou que os trabalhos da próxima reunião da Comissão, no dia 21 de junho, se iniciam pelas 15.30 horas, com a audição da associação “Também Somos Portugueses” (Mesa e Coordenadores), seguindo-se pelas 16.15 horas, a audição da Senhora Embaixadora de Portugal em Cabo Verde.

Ponto 2.

Relativamente a este Ponto da OD, pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que não prescindiu, nos termos regulamentares aplicáveis, do conhecimento do projeto com, no mínimo, 24 horas de antecedência, motivo pelo qual declarou não estar o seu Grupo Parlamentar em posição de poder discuti-lo.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para realçar que o Parecer em apreço não envolve problemas jurídicos de monta, propondo a sua leitura e votação nesta sessão.

Interveio a Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)** propondo que a leitura, discussão e votação deste Parecer viesse a ocorrer na quarta-feira, dia 16, pelas 14.45 horas.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para fixar a data de dia 16, 5.^a feira, pelas 14.45 horas, para leitura, discussão e votação do Parecer em apreço.

Ponto 3.

Relativamente a esta matéria, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para apresentação do seu Relatório. Começou por enquadrar o acordo em causa, quanto ao seu âmbito e objeto, tendo percorrido seguidamente o conjunto das matérias abrangidas por este Acordo, assinado pelos Ministros da Defesa da República Portuguesa, e do Reino de Espanha. Em sua opinião, este acordo viabiliza «(...) uma abordagem mais cooperante da relação bilateral entre ambos os Estados também em matéria de defesa e de partilha de capacidades. (...) por refletir um conjunto de contributos que instituem uma política de defesa mais consistente e coerente face aos múltiplos desafios que enfrentamos.».

Concluiu, referindo que a iniciativa em presença reúne condições para ser analisada em Plenário.

Aberto o debate, interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** que saudou o Deputado autor do Relatório pelo trabalho desenvolvido. Mais declarou que este Acordo é importante e oportuno e que tratando-se de um Parecer da Comissão, não tem de ter referências a partidos políticos.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que saudou o Deputado autor do Relatório pelo trabalho desenvolvido. Também entende dever ser eliminada a referência partidária constante do Parecer. Salientou tratar-se de um Acordo muito importante e de eficácia larga no domínio das relações bilaterais com Espanha, embora não tenha apreendido suficientemente o relevo direto deste instrumento nos domínios da segurança e defesa, ao

ponto de concluir se se trata de um novo acordo ou do aprofundamento do anteriormente existente. Entendeu que a substância deste Acordo não está suficientemente espelhada no texto do Relatório apresentado, impedindo uma perceção mais profunda desta matéria.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para registar em Ata que, tendo em conta a questão das Ilhas Selvagens e da Plataforma continental Portuguesa, Portugal não abdica de manifestar que tanto o mar como o chão envolvidos estão sujeitos à gestão e jurisdição nacional.

Interveio o Senhor **Presidente** referindo parecer-lhe estarem reunidas condições para que o Relatório seja votado. Porém, não conseguiu ainda apurar se a Comissão de Defesa ter-se-á pronunciado já acerca desta matéria, atentas as suas competências e em que moldes.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para afirmar desconhecer a participação da Comissão de Defesa no processo de análise e discussão desta iniciativa, sugerindo que, a não existir, seja a 2.^a Comissão a suscitá-lo formalmente. Acrescentou, ainda, que nas motivações subjacentes à iniciativa, o Governo aduziu muito pouco, menos ainda que as palavras produzidas pelo Relatório em análise. Não valendo a pena burocratizar o presente procedimento, refletindo os temas do Acordo no texto do próprio Parecer, defendeu, contudo, que seria vantajoso obter uma visão evolutiva das relações bilaterais em presença, de forma a situar no tempo e quanto à matéria o sentido e teor do mesmo. De resto, agradeceu os comentários entretanto produzidos.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para afirmar que, no seu entendimento, não competir a esta Comissão aferir do conteúdo material do Acordo, tão só e apenas no respeitante à finalidade subjacente à aprovação de Tratados. Entende, por isso ser desnecessário ouvir outras Comissões acerca desta matéria, dando o exemplo de um Acordo sobre pescas e da conseqüente desnecessidade de ter de ouvir a Comissão de Agricultura acerca do mesmo.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para realçar que o relevante é saber se se trata de um novo Acordo ou da revisão de um já existente.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente**, lembrando tratar-se de um Acordo que foi negociado pelo Governo, pelo que entendeu ser conveniente que pudesse existir algum consenso procedimental entre os diferentes Grupos Parlamentares. Perguntou ao Relator se veria algum inconveniente em ouvir a 3.^a Comissão acerca desta temática, quiçá, de forma a ver esclarecidas algumas questões de fundo relativas a esta iniciativa.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para sublinhar que, mesmo ocorrendo a mencionada consulta, a elaboração do Relatório Final deve continuar a pertencer à 2.^a Comissão.

Interveio o Senhor **Deputado Alberto Martins (PS)** para sinalizar que a 2.^a Comissão apenas deve assegurar a preparação e a assessoria das iniciativas para discussão e decisão final no Plenário. Mais referiu poder a 2.^a Comissão consultar outras Comissões, se assim o entender, para cumprir as suas competências, sendo que ao Parlamento cabe apenas dizer se “sim” ou se “não”.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para concordar com a posição do Deputado Alberto Martins, sublinhando não ser possível regular previamente em que casos pode ou não ser solicitado parecer a outras Comissões, decisão que, por natureza das atribuições das Comissões, é sempre casuística.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para afirmar que, possivelmente, a sua posição não havia sido corretamente entendida, pois em vez de ser solicitado Parecer exterior à Comissão, bastaria que algumas referências ficassem, registadas no texto do Parecer da 2.^a Comissão.

Interveio o Senhor **Presidente**, começando por referir não concordar com a “função-secretariado” como papel das Comissões Parlamentares, o qual deve privilegiar um espaço recatado de discussão política. Entende não ser o Relatório apresentado perante a 2.^a Comissão que está em causa, mas sim o teor do Acordo, cuja aprovação lhe compete e relativamente ao qual não possui informação adequada. Obviamente que a avaliação da necessidade de informação adicional, quer sob a forma de Parecer ou outra, tem de ser avaliada caso-a-caso, consoante a relevância das matérias e a necessidade de as Comissões poderem exercer razoavelmente as suas funções políticas. Pelo que propôs a consulta formal da 3.^a Comissão acerca do presente Acordo e a correspondente suspensão da análise e votação do Relatório em presença, até consideração da resposta a obter, para cujo efeito solicitou a confiança da Comissão para que os Serviços elaborassem um projeto de ofício-pedido a remeter àquela Comissão.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do PCP.

Ponto 4.

Relativamente a esta matéria, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para apresentação do seu Relatório. Começou por enquadrar a [iniciativa](#) em causa, quanto ao seu âmbito e objeto, a qual se funda no «(...) no 5º do artigo 37º do Acordo de Cotonu, segundo o qual «(...) após a expiração do pilar comercial em 2007 “devem iniciar-se negociações de acordos de parceria económica com os países ACP que se considerem preparados para o fazer, ao

nível que considerarem adequado e segundo os procedimentos aceites pelo grupo ACP, tendo em conta o processo de integração regional entre os Estados ACP”.» Concluiu, sublinhando estarmos em presença de um Acordo que visa ser uma solução temporária até que o Acordo de Parceria Económica entre a União Europeia e a Região da África Ocidental esteja concluído, estando em condições está em condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para felicitar a Relatora pelo excelente trabalho, cujo teor o seu Grupo Parlamentar acompanha.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do PCP.

Ponto 5.

Relativamente a este tema, foi confirmado o envio em tempo a todos os Deputados do texto final deste Relatório, tendo o Senhor Presidente lembrado as linhas essenciais, tanto antecedentes como decorrentes, envolvendo os trabalhos inerentes a esta deslocação, não havendo lugar a votação do mesmo, atenta a sua finalidade.

Ponto 6.

Foi lida a Ata n.º 30, referente à sessão de 8 de junho, a qual, uma vez submetida a votação, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do PCP.

Ponto 7.

Nesta rúbrica da OD, pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para registar a entrega nos Serviços da Comissão da listagem de Embaixadores abrangidos pela rotação diplomática prevista, e para referir que, segundo informações que obteve, o Embaixador de Timor-Leste junto da CPLP, Antonino de Araújo não recebeu qualquer nota para comparecer nesta Comissão, conforme havia sido estabelecido, na qualidade de chefe da missão de observação do processo eleitoral presidencial que teve lugar recentemente na Guiné-Equatorial.

Sobre esta matéria e após consulta sumária junto dos Serviços, o Senhor Presidente confirmou a remessa à sobredita personalidade de um ofício de convite para os efeitos pretendidos, o qual foi remetido através dos Serviços da CPLP, em Lisboa, junto de quem foi previamente obtida a informação de que o Senhor Embaixador se encontrava em Timor-

Leste. Todos os Grupos Parlamentares irão ter conhecimento direto e documentado desta iniciativa.

Interveio, ainda, o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, informando que decorrerá amanhã, na sala da biblioteca do Parlamento, um seminário relacionado com o processo de negociação do TTIP, aberto a todos os que nele desejam participar.

Pelo que, nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, lembrando o agendamento de sessão extraordinária para a próxima quinta-feira, dia 16, pelas 14 horas e quarenta e cinco minutos, na sala 7.

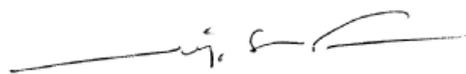
§

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160614.mp3

Palácio de S. Bento, 14 de junho de 2016

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins

Ângela Guerra

Domicilia Costa

Filipe Lobo D' Ávila

Gabriela Canavilhas

Isabel Santos

Joana Lima

Jorge Moreira da Silva

Lara Martinho

Nuno Magalhães

Paula Teixeira da Cruz

Paulo Neves

Paulo Pisco

Pedro Filipe Soares

Porfírio Silva

Ricardo Baptista Leite

Sérgio Sousa Pinto

Adão Silva

Berta Cabral

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões

Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Páscoa Gonçalves



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

João Oliveira

José Cesário

Sérgio Azevedo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 19/07/2016.